

TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE COLETIVA: MUDANÇA PARADIGMÁTICA DE RESISTÊNCIA E DIREITO AO TERRITÓRIO DO QUILOMBO CAMPO VERDE - CONCÓRDIA DO PARÁ

TERRITORIALITY AND COLLECTIVE IDENTITY: PARADIGMATIC CHANGE IN RESISTANCE AND THE RIGHT TO TERRITORY IN THE CAMPO VERDE QUILOMBO - CONCÓRDIA DO PARÁ

Artigo recebido em: 23/1/2026

Artigo aceito em: 24/4/2026

Arlene Perdigão de Oliveira*

*Universidade Federal do Pará (UFPA), Concórdia do Pará, Pará, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1376-4974>

arlenyperdigao@hotmail.com

Afonso Welliton de Sousa Nascimento*

*Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2351-4683>

afonsosn@ufpa.br

Marizete Matos do Carmo*

*Universidade Federal do Pará (UFPA), Concórdia do Pará, Pará, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9198-7589>

marizete.carmo@abaetetuba.ufpa.br

The authors declare that there is no conflict of interest

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo descrever a relação entre territorialidade e identidade coletiva do Quilombo Campo Verde, compreendendo as mudanças paradigmáticas das formas de resistência e da luta pelo direito ao território. Caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa descritiva, etnográfica, que inclui entrevistas e observações, com foco na análise a partir da compreensão e interpretação subjetiva das experiências dos participantes, moradores do Quilombo Campo Verde, Concórdia do Pará, lócus de pesquisa. Os resultados evidenciam avanços importantes nas políticas formativas voltadas às relações étnico-raciais, entretanto, permanecem desafios significativos quanto à ampliação e continuidade dessas ações, sobretudo no que se refere ao apoio institucional e à efetivação de políticas públicas permanentes. Dessa forma, compreende-se que a pesquisa contribui para evidenciar a importância de reconhecer os quilombos como espaços de produção de conhecimento, resistência política e afirmação cultural, reafirmando a necessidade de ações educativas e institucionais que respeitem as especificidades históricas, sociais e culturais dessas comunidades.

Abstract

This research aims to describe the relationship between territoriality and collective identity in the Quilombo Campo Verde, seeking to understand the paradigmatic changes in forms of resistance and in the struggle for territorial rights. It is characterized as a descriptive qualitative and ethnographic study, involving interviews and observations, with a focus on analysis based on the understanding and subjective interpretation of the experiences of the participants, who are residents of Quilombo Campo Verde, located in Concórdia do Pará, the locus of the research. The results reveal important advances in educational policies aimed at ethnic-racial relations; however, significant challenges remain regarding the expansion and continuity of these actions, especially in relation to institutional support and the implementation of permanent public policies. Therefore, this research contributes to highlighting the importance of recognizing quilombos as spaces for knowledge production, political resistance, and cultural affirmation, reaffirming the need for educational and institutional actions that respect the historical, social, and cultural specificities of these communities.

Palavras-chave: Territorialidade. Identidade Coletiva. Quilombo Campo Verde. Resistência.

Keywords: *Territoriality. Collective Identity. Quilombo Campo Verde. Resistance.*

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo apresenta-se uma reflexão acerca da territorialidade e da identidade coletiva de uma comunidade quilombola da Amazônia Tocantina. A pesquisa é parte da dissertação de mestrado do programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação – PPGCITE/UFPA, sendo que está diretamente relacionada às lutas históricas e pelo reconhecimento de direitos, pela valorização cultural e pela permanência nos territórios tradicionalmente ocupados. Considerando os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas da Amazônia Tocantina se questiona: de que maneira a territorialidade contribui para a construção da identidade coletiva e para o fortalecimento das formas de resistência do Quilombo Campo Verde no direito ao território?

A presente pesquisa justifica-se pela relevância social e acadêmica da discussão acerca da territorialidade quilombola enquanto elemento estruturante da identidade coletiva e da resistência histórica dessas comunidades. Em um contexto marcado por conflitos territoriais, desigualdades sociais e permanência do racismo estrutural, acredita-se que é fundamental ampliar os debates sobre os direitos territoriais quilombolas e os processos de reconhecimento identitário, contribuindo para a valorização dos saberes tradicionais e da diversidade cultural brasileira. Dessa forma, a pesquisa contribui para o fortalecimento das discussões sobre justiça social, cidadania e direitos humanos, evidenciando a importância da preservação dos territórios tradicionais como garantia de existência física, cultural e identitária dessas comunidades.

O objetivo deste trabalho é descrever a relação entre territorialidade e identidade coletiva do Quilombo Campo Verde, compreendendo as mudanças paradigmáticas das formas de resistência e da luta pelo direito ao território. E os específicos: Discutir o processo histórico de formação do quilombo locus de pesquisa e sua relação com a construção identitária; compreender a territorialidade como elemento de pertencimento, ancestralidade e resistência coletiva; identificar os desafios contemporâneos enfrentados pelo Quilombo Campo Verde na garantia dos direitos territoriais e culturais.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa etnográfica, que inclui entrevistas e observações, com foco na análise a partir da compreensão e interpretação subjetiva das experiências dos participantes, moradores do Quilombo Campo Verde, Concórdia do Pará, lócus de pesquisa. O presente artigo está organizado em quatro seções. Inicialmente, apresenta-se a discussão teórica acerca do Território e Identidade Coletiva: pontos sobre ressignificação e A mudança paradigmática de resistência e direito ao território. Posteriormente, apresenta-se a trilha metodológica da pesquisa, os resultados e discussões e enfim, as considerações finais, destacando as principais reflexões acerca da territorialidade e da identidade coletiva do Quilombo Campo Verde como elementos fundamentais na luta e resistência quilombola.

2 TERRITÓRIO E IDENTIDADE COLETIVA: PONTOS SOBRE RESSIGNIFICAÇÃO

A identidade coletiva se refere na maneira de como os indivíduos se percebem e se definem em relação a grupos sociais que (Johnston; Laraña; Gusfield, 2021). Essa identidade é construída a partir do compartilhamento de experiências, valores, crenças e práticas comuns, que ajudam a delinear os contornos do grupo e a distinguir seus membros dos demais. Parafraseando os autores, percebe-se que toda ação coletiva é consequência de um processo socialmente construído pela interação humana, que se caracteriza por diálogos constantes e acordos complexos entre diferentes grupos sociais que se articulam e interagem em prol de objetivos, com estratégias e recursos.

Sob essa descrição, pontua-se que os sujeitos constroem um sentimento compartilhado de pertencimento envoltos nas dinâmicas de interação, negociação e conflito, que se movimentam em direção de várias interpretações da realidade. Entende-se, portanto, que esse “nós” coletivo, configura-se como elemento determinante para coesão grupal e práticas coletivas (Arruti, 2016). Pois nos grupos há a interseção de pensamentos acerca de determinadas situações sociais, as quais são instrumentos preponderantes na construção da identidade coletiva, onde tal identidade está intimamente associada à percepção das condições objetivas e à dinâmica do “Nós” (Silva, 2018).

Isso significa a comunicação constante entre possibilidades e limites, onde a prática coletiva se torna um espaço de luta e criatividade. Além do que, essa identidade

não é somente uma construção social, mas também um elemento fundamental na busca por reconhecimento, pertencimento e justiça social. Logo, nessa lógica de pensamento, entender esses fatos, favorece, antes de tudo, ter um olhar mais atento acerca da riqueza e da diversidade das identidades coletivas em um mundo em constante transformação.

Silva (2018), aponta ainda, que a identidade coletiva organiza-se a partir de três dimensões indissociáveis. Conforme o autor, a primeira reporta-se ao plano cognitivo, que se relaciona à consciência de os indivíduos pertencerem a um grupo, criando o “nós” coletivo, com a reflexão da trajetória histórica compartilhada e de objetivos comuns. A segunda dimensão aborda a troca mútua e ativa, construída nas relações sociais que resultam de processos contínuos de interação e negociação entre os sujeitos envolvidos. Por fim, a terceira dimensão corresponde aos aspectos emocionais, que abrangem os sentimentos positivos e negativos associados às características compartilhadas pelo grupo, possibilitando sua diferenciação em relação a outros coletivos (Honneth, 2020).

Os três pilares citados, expressam a dinamicidade do movimento de constituição da identidade coletiva, ao transmitirem a reconstrução e ressignificação dos “nós” e do “real”. Isso remete dizer que essas concepções estão intrinsecamente atreladas a processos permanentes de negociação, diálogo e redefinição de orientações compartilhadas acerca dos objetivos, os meios de ação e do ambiente que se desenvolve a ação.

Com base no exposto, o “nós” e o “real” são regras complexas que ocorrem intensas discussões pelos inúmeros significados, como um processo de ação coletiva que possam favorecer a participação dos sujeitos nessas ações (Silva, 2018). Em outras palavras, esse processo de criação de ressignifica a construção do “nós”, porque dá forma a identidade e os indivíduos são capazes de se reconhecer como parte de um grupo, o que, por sua vez, os motiva a participar ativamente nas lutas e reivindicações desse coletivo. Nesse sentido, o campo político, quando entendido como um espaço não institucional e antagônico, se torna um terreno fértil para a mobilização social, nas quais essas disputas não se restringem a questões de poder formal, mas se estendem às narrativas que moldam a percepção pública sobre as identidades, os interesses e as necessidades do grupo.

Um ângulo importante a ser descrito e que deve ser considerado é que não se trata somente de um resultado das instituições políticas existentes, mas de um espaço onde novas formas de organização e resistência se manifestam. As identidades coletivas, portanto, desafiam as narrativas dominantes ao propor outros entendimentos e atuação política. Assim, as ações coletivas, conduzidas pela identidade compartilhada, é possível

de serem vistas como uma maneira de resistência a sistemas opressivos ou de reivindicação de direitos, sendo que essas ações, comumente, nascem fora dos canais institucionais tradicionais (Calegare et al. 2016).

Por conta dessa visão, entende-se que a construção da identidade coletiva é afetada por fatores externos, a exemplo de contextos históricos, sociais e econômicos, que concebem as experiências e as percepções humanas. A crise de representação política, por exemplo, tem incentivado muitos grupos a buscarem outras formas de organização que se distanciam das estruturas tradicionais, através da participação e mobilização (Fernandes; Zanelli, 2016).

E, ainda a identidade coletiva não é estática, fixa, mas construída por diálogos interculturais em movimento, influenciado por aspectos internos e externos. À medida que os membros de um grupo interagem e refletem sobre suas experiências, as narrativas em torno do "nós" podem mudar, adaptando-se a novas realidades e desafios. Esse aspecto de organização espontânea é essencial para a resiliência das ações coletivas, permitindo que os grupos se reinventem e continuem a lutar por suas causas em um cenário político em constante transformação (Dantas, 2022).

Ao se tratar da Amazônia, pode-se dizer que as práticas nas quais os amazônidas vêm administrando suas reivindicações políticas, por meio de movimentos e entidades organizadas, simbolizam suas identidades coletivas (Almeida, 2018). O autor ainda cita que diferentes grupos sociais vêm lutando por direitos ao território, etnia e ao uso dos recursos naturais com vistas ao reconhecimento das identidades coletivas, como por exemplo, ribeirinhos, os quilombolas, as quebradeiras de coco babaçu, os atingidos por barragens, os extrativistas, os pescadores de lagos protegidos, entre outros, reforçando, portanto, a identidade e território que ganharam força nas lutas sociais na década de 1980.

Portanto, essas lutas ganham contornos por meio de mobilizações e formas diferenciadas de representação política, que dão visibilidade a esses grupos para negociar seus interesses, com reivindicações e estratégias de reconhecimento perante o Estado. Para Pereira (2021), ocorre uma mudança nas narrativas agrárias, sendo o fim de uma narrativa única, pois o argumento paradoxal fundamenta-se no fato de que o declínio da antropologia voltada às sociedades agrárias ocorre simultaneamente à expressiva vitalidade de múltiplas experiências sociais que, anteriormente, eram agrupadas sob categorias tradicionais do campesinato.

Essas experiências manifestam-se em diferentes territorialidades e modos de vida, como margens de rios e áreas florestais, ilhas, praias, chapadas e brejos, bem como em distintos sistemas produtivos e extrativistas, a exemplo dos babaçuais, açazais, canaviais e cafezais. Incluem-se, ainda, diversos sujeitos sociais, como “ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caiçaras, sertanejos e montanhese, além da diversidade de práticas, saberes, tradições, memórias e modos de fazer que permanecem socialmente ativos e significativos” (Pereira, 2021, p. 177).

Neste sentido, com o advento da Constituição de 1988, é pertinente citar que um elemento fundamental desse processo recai na inserção da questão étnica no centro do debate político, o que implica em um deslocamento de ênfase da ação política dos movimentos sociais no qual a identidade étnica passa a ser mobilizada como uma categoria estratégica em suas práticas e lutas sociais, a partir de então orientadas por novas categorias, novos sujeitos que valorizam seus modos de ser e viver, ou seja, um novo idioma de ação, que se caracteriza, de acordo com Steil (1998) de etnicização da política, que reflete no ato político de instrumentalização do componente étnico, e não em uma ideia de aparição súbita e inesperada ou de constituição de novas identidades absolutas e essenciais em si mesmas. Desse modo, essa representatividade de novos sujeitos políticos e protagonistas no território e nas agendas governamentais, ressignificam positivamente, os assuntos que antes, eram rotulados e se fundamentavam nas vivências cotidianas ou desconsideradas.

3 A MUDANÇA PARADIGMÁTICA DE RESISTÊNCIA E DIREITO AO TERRITÓRIO

A tríade identidade, etnia e território ganha força nas reivindicações sociais, imputando debates que propagam significativamente as disputas territoriais, especialmente nas áreas demarcadas e de expansão nas fronteiras agrícolas na Amazônia. Isso significa a variedade de manifestações e o surgimento de novas mobilizações sociais, ocasionando rompimentos importantes no que concerne às lutas no campo após a década de 1980 (Medeiros, 2020).

Por meio das mudanças recentes dos movimentos, observa-se a descontinuidade nas oralidades tradicionais no campo e nas lutas, visto que elas ultrapassam a pauta reivindicatória de problemas agrários, pois envolve um grande número de atores e

interesses que desafiam os modelos de desenvolvimento hegemônicos. As disputas e lutas fundiárias (Quadro 1), portanto, são emblemáticas que protesta por justiça social, ambiental e de reconhecimento, que transcende as fronteiras locais e se conecta a questões globais.

Quadro 1 - Novo ciclo de lutas pós-década de 1980

Situação	Fenômeno	Consequências
Permanências	Reforma agrária	Ganha nova centralidade – novo ciclo de ocupações de terras
	Direitos trabalhistas e previdenciários	Ganha nova centralidade – a exemplo da situação extrema do trabalho escravo
	Luta de posseiros	Crítica à desigualdade e à concentração de terras
Rupturas	No sentido da categoria trabalhador rural	Novas identidades e organizações se forjaram no questionamento dessa categoria
	Emergência de novas identidades: sem-terra, atingidos por barragens, seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu, quilombolas	Novas formas de luta que passaram a expressar novos temas e valores relativos à crítica aos efeitos da modernização – inovações no repertório de ações coletivas como a atualização da noção de função social da terra (via MST), os embates feitos pelos seringueiros e as mobilizações do Movimento dos Atingidos por Barragem, greves de trabalhadores, o crescimento do movimento quilombola etc.
		Atualização das referências legais e criação de novos direitos
	Reordenamento do lugar político dos pequenos agricultores	A categoria de operação no debate político e na linguagem sindical passa a ser a de agricultor familiar

Fonte: Elaborado pela autora, extraído de Medeiros (2020).

O Quadro 1, mostra a etnicização da questão agrária que acarreta novas demandas, bens e novos repertórios, entre os quais o direito ao meio ambiente (especialmente ao território) e à identidade, que são assuntos relevantes junto a reivindicações por reforma agrária, direitos trabalhistas e previdenciários e à luta de posseiros, trabalhadores e pequenos produtores rurais e sem-terra. Esse novo ciclo de lutas sinaliza uma ruptura acerca da invisibilidade histórica com que foram tratados esses novos velhos sujeitos, fazendo surgir o reconhecimento étnico-cultural e a valorização das especificidades dos territórios tradicionais, tais como os indígenas e quilombolas que ganham importância no debate público.

Cruz (2021) analisa a justaposição e coexistência entre progressos e desafios, no processo de reconhecimento territorial, destacando que, embora a possibilidade de reconhecimento desses territórios tenha sido institucionalmente inaugurada, ela foi, em grande medida, apropriada e ressignificada pelos grupos sociais que emergem a partir da afirmação desses direitos. A lógica emergente desses novos sujeitos, exprime novas

maneiras de agenciamento sociopolítico na atualidade, assentadas na afirmação das diferenças e do direito ao território que qualifica esse tipo de luta e um novo repertório.

Nesse viés, Vianna Jr. (2018) e Haesbaert (2017), fazem alerta para o fato de que com o avanço da legislação brasileira sobre o reconhecimento identitário, as reivindicações das comunidades e dos povos tradicionais, transcendem os processos de apropriação e identidade e possibilitam mutuamente e levam em conta também as representações que eles produzem e veiculam. De acordo com a análise e interpretação, observa-se que a partir da década de 1980, as pautas das mobilizações se concentravam ao direito de existir, da identidade e território, que se originavam do pensamento coletivo e não individual, além de direitos sociais e não civis.

Já na concepção de Martins (1995), tais reivindicações emergem na arena pública e nas discussões políticas compostas de pautas cuja exigência recai no reconhecimento de suas demandas e trajetórias, o que interpreta-se como uma dimensão maior da questão agrária. Devido à complexidade do exame da questão agrária na realidade brasileira, as comunidades quilombolas exprimem mudanças nos métodos de luta, ao acrescentar o vínculo étnico-territorial em suas pautas de reivindicações. Assim, a partir do contexto, essa redefinição consolida o direito à terra, não como uma problemática fundiária, mas a afirmação identitária coletiva, da memória ancestral e da autonomia cultural dos povos quilombolas.

Para Pereira (2021), é fundamental que as políticas públicas e as análises acadêmicas considerem essas dimensões para compreender plenamente os conflitos e as demandas dessas comunidades. Sendo assim, o território quilombola deve ser entendido como um espaço que permite manter viva os aspectos culturais essenciais e onde se concretizam práticas de cuidado com a biodiversidade, transmissão de saberes tradicionais e fortalecimento dos laços comunitários. No entanto, apesar do reconhecimento constitucional do direito à titulação das terras quilombolas, mais de 90% das comunidades ainda enfrentam desafios significativos para garantir a efetivação desse direito, devido a processos burocráticos lentos e à resistência de setores que disputam o uso desses territórios (Azeredo; Melo; Mota, 2024).

Além disso, os conflitos fundiários que permeiam as comunidades quilombolas, comumente acarreta disputas em decorrência de interesses econômicos de grandes latifundiários. Portanto, é imperativo que a temática quilombola seja tratada como objeto de discussão da reforma agrária brasileira, uma vez que existe a interdependência entre a

tríade território, identidade e resistência. Pois a luta quilombola por reconhecimento e titulação de terras é, antes de tudo, um direito por políticas públicas que assegurem dignidade, autonomia e justiça social, que representa a necessidade de uma reconfiguração das estruturas fundiárias e políticas do país (Santos; Carvalho, 2020).

4 METODOLOGIA

O território *lócus* de pesquisa foi o Quilombo Campo Verde situado no município Concórdia do Pará, região nordeste do estado do Pará. O Quilombo Campo Verde situa-se aproximadamente 40 quilômetros da sede do município, inserido na zona rural, ao longo da estrada Transjutaí, em uma região caracterizada pela presença de áreas de floresta densa e pela proximidade dos rios Bujaru e Guamá. Configura-se como uma comunidade tradicional negra de base rural, remanescente de quilombo, cujo reconhecimento oficial foi concedido pela Fundação Cultural Palmares, conforme a Portaria nº 29/2006.

O Quilombo Campo Verde integra o coletivo de comunidades quilombolas representados pela ARQUINEC¹, entidade fundada em 2001, que reúne também as comunidades de Igarapé Dona, Ipanema e Santo Antônio. Juntas, essas comunidades somam uma área de 5.981,34 hectares titulada em 2010 pelo INCRA², configurando-se como um território étnico coletivo, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Convenção 169 da OIT.

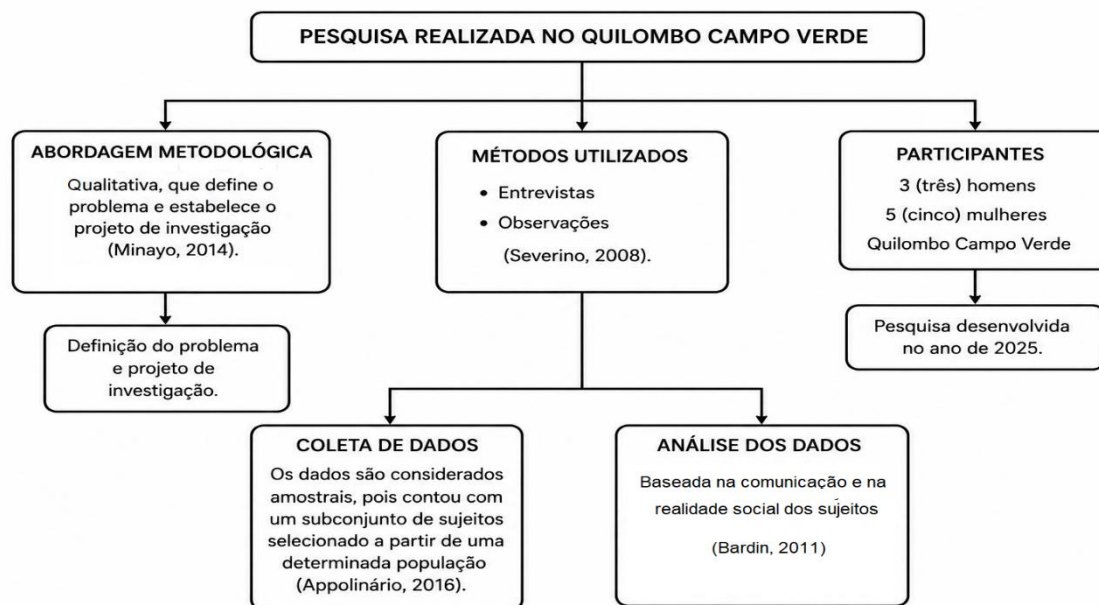
Esse território é importante pelo esforço coordenado de líderes comunitários a respeito do direito à terra, à educação e à afirmação identitária. Do ponto de vista cultural, o território mantém práticas tradicionais como o cultivo da agricultura familiar, o uso de ervas medicinais, os festejos do Dia da Consciência Negra e manifestações artísticas que reforçam a valorização da identidade negra. A oralidade, os laços familiares, a vivência comunitária e a relação com a terra configuram elementos estruturantes na formação dos sujeitos do território, sendo, portanto, aspectos fundamentais para a análise da flexibilidade identitária no contexto das políticas formativas étnico-raciais (Gomes, 2020).

¹ Associação dos Remanescentes de Quilombo Nova Esperança de Concórdia do Pará.

² Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A pesquisa realizada foi uma pesquisa de campo, realizada com os moradores do Quilombo Campo Verde (Figura 2).

Figura 1 – Resumo da metodologia de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A análise de dados foi realizada diretamente da realidade social dos sujeitos, possibilitando uma apreensão mais próxima e contextualizada de suas experiências, práticas e significados construídos no cotidiano. Conforme Bardin (2011), a análise se baseia nos elementos de comunicação, que envolve a mensagem (significação e código) e seu canal, assim como o emissor e o receptor que se caracteriza por uma análise reflexiva e crítica, com o propósito de explorar de forma intuitiva os significados subjacentes às mensagens analisadas. Em termos éticos, a pesquisa respeitou os princípios de confidencialidade e anonimato, assegurando que as informações fornecidas não comprometessem a identidade dos participantes ou das organizações envolvidas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Contexto sociocultural do Quilombo Campo Verde

A partir da análise de conteúdo, foi possível identificar que a cultura quilombola presente no território Quilombola Campo verde, Concórdia do Pará integra referências afro-brasileiras com expressões do catolicismo popular e tradições locais, formando um

conjunto diverso de práticas simbólicas. Pois, nas festas de santos padroeiros, nos rituais religiosos, nas rezas, nos cantos, na culinária e no uso de plantas medicinais, a comunidade reafirma sua história coletiva e atualiza suas identidades.

A oralidade observada em narrativas sobre ancestralidade, trajetórias familiares, experiências de luta e vínculos com a terra, constitui um eixo fundamental de educação comunitária e transmissão intergeracional de saberes. Em Campo Verde, mulheres mais velhas e lideranças tradicionais assumem protagonismo como guardiãs desses conhecimentos, preservando técnicas agrícolas, modos de fazer artesanais e práticas rituais que reforçam o sentimento de pertencimento e continuidade cultural.

A organização comunitária, foi um dos pontos analisados, que constitui elementos expressivos da vida quilombola, pois associações e articulações locais têm surgido como estratégias de fortalecimento político, compartilhamento de saberes e mobilização diante do poder público e de organizações parceiras. No Quilombo Campo Verde, conforme as narrativas dos moradores, a formação de associações de remanescentes de quilombos possibilitou a criação de espaços coletivos. Sendo estes espaços utilizados para tratar de temas como a regularização territorial, o acesso a políticas públicas e a proteção contra atividades predatórias, que ameaçam seus modos de vida (Almeida, 2018). Entre outras atividades a serem realizadas como a elaboração de projetos culturais, na salvaguarda de memórias e no incentivo a cadeias produtivas que valorizam práticas tradicionais e garantem autonomia econômica (Santos, 2020).

5.2 Políticas formativas no Quilombo Campo Verde

De forma geral, as políticas formativas direcionadas para o Território Quilombola de Campo Verde vêm sendo estruturadas, mas, foi possível identificar por meio dos relatos dos moradores que embora tenham ocorrido avanços na área dos direitos educacionais e culturais, a implementação dessas políticas ainda esbarra em obstáculos persistentes. Visando elucidar tais questões, analisou-se a realidade dos sujeitos que integram o Quilombo Campo Verde, a partir das informações coletadas ao longo do processo de pesquisa. Narrativas sobre a trajetória de vida e atuação na comunidade foram abordadas, tendo as respostas seguintes:

Nasci e fui criado na comunidade quilombola, sou fruto de família inter-racial, sou associado e Vice-presidente (entrevistado 1).

Sou diretor de políticas de igualdade racial [...] Vivo no quilombo, a ancestralidade como legado dos pais (entrevistado 2).

Sou professora. Mora na comunidade 34 anos e sou diretora de planejamento (entrevistado 3).

Sou Secretária de grupo de base da comunidade (entrevistado 4).

Minha trajetória foi árdua [...] Fiz cursos na Igreja Católica e participou do movimento quilombola com conscientização pelo direito de sua terra, preservação da terra [...] Em 2001 foi criada Associação dos quilombos (entrevistado 5).

Nasci e fui criada na comunidade Quilombola Campo Verde [...] Atuo na Associação 6 anos, com trabalho voluntário. Formada em Pedagogia [...] Fiz cursos de Especialização em Educação no Campo e outros (entrevistado 6).

Nasci na comunidade, mulher preta. Quilombola. Coordenadora Pedagógica atualmente e professora do campo [...] Em 2003 iniciei a trajetória quilombola (entrevistado 7).

Nasci na comunidade sendo meu pai sindicalista e com o passar do tempo foi se envolvendo nos movimentos [...] Atualmente sou líder comunitária e Diretora de escola (entrevistado 8).

As narrativas apresentadas pelos participantes da pesquisa e membros da comunidade, mostram posicionamentos que se caracterizam com o território quilombola pela atuação em diferentes frentes de liderança, como terem nascidos e crescidos na comunidade, descendentes de família interracial e sindicalista, o que os levou a participarem ativamente e se associarem. Como aponta Almeida (2018) essa vivência no quilombo e a ancestralidade herdada dos pais direcionam os compromissos políticos em espaços de mobilização social que contribuem na construção de uma identidade comprometida com as lutas coletivas e com a defesa de direitos, aspectos recorrentes no Quilombo de Campo Verde.

Sobre os entrevistados que demonstram uma trajetória longa de atuação em prol da educação e valorização da cultura local, dialoga-se com Carril (2017), ao compreender que essas experiências evidenciam a importância da representação e do protagonismo de membros da própria comunidade na gestão educacional e na promoção de práticas pedagógicas contextualizadas. A pesquisa também abordou a percepção dos sujeitos sobre o que significa ser quilombola?

Me autoidentifiquei como população preta [...] o país foi construído com base na escravidão, negando a História, cultura africana [...] Tenho consciência do racismo contemporâneo [...] O quilombola é ter atitude política, consciência do seu lugar, lutar contra o racismo (entrevistado 1).

Faço parte do movimento há 23 anos e iniciou em 2002 com formações de reflexões com prática com círculos de cultura a exemplo de artesanato, tipiti como tema gerador, para escrever a palavra e o significado [...] Luta em defesa da educação e de uma vida melhor (entrevistado 2).

Processo lento e gradativo de autoafirmação, ser quilombola é estar em comunidade e lutar pelos direitos em uma organização coletiva, não somente estar no território, tem muitas dificuldades ser quilombola, mas estão

rompendo barreiras, a escola se autoidentificou despertando nos alunos o pertencimento (entrevistado 3).

Me identificar como pessoa preta, aceitar essa condição que não é inferior, mas que os ancestrais sofreram com a escravidão [...] Não é somente viver no território quilombola, mas reforçar nossas raízes, qual nosso papel [...] Ser resistente (entrevistado 4).

É ser descendente de pessoas que foram escravizadas [...] Já se nasce quilombola, não se torna (entrevistado 5).

É dar continuidade nas lutas contra as desigualdades e participar nas políticas públicas, ocupar o que nosso por direito e pela reparação histórica que o nosso povo almeja (entrevistado 6).

É mais que uma herança [...] É resistência ao racismo velado, institucional, pejorativo (entrevistado 7).

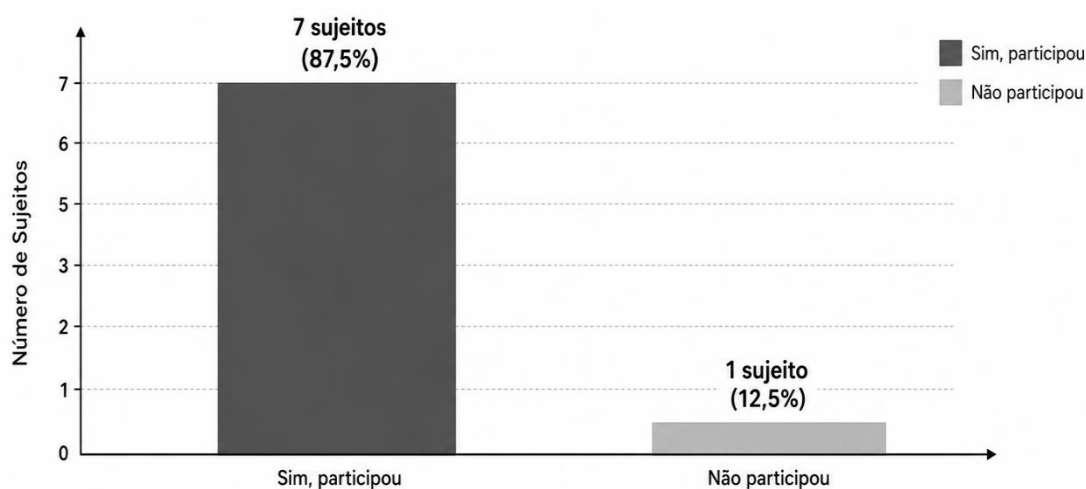
Autorreconhecimento pelo berço de nascimento pelo fato de meu pai ser filho de escravos, que deixou legado de ancestralidade, costumes, crenças, identidade e outros (entrevistado 8).

As concepções sobre o significado de ser quilombola apresentadas pelos participantes revelam a complexidade identitária, política e histórica que caracteriza os povos quilombolas no Brasil. As falas destacam elementos fundamentados nas literaturas de Santos (2016) e Almeida (2024) como ancestralidade, resistência, consciência racial, coletividade e vínculo territorial. Para alguns participantes, a condição de ser quilombola encontra-se intrinsecamente associada ao processo de reafirmação identitária negra, à leitura crítica da formação histórica nacional marcada pela escravidão e à rejeição das tentativas de se apagar a cultura e a memória africana. Essa perspectiva, se assemelha com o que diz Almeida (2024), onde a identidade quilombola se constitui como uma postura política, alicerçada na consciência sobre o racismo presente na sociedade contemporânea e no enfrentamento das desigualdades estruturais, reafirmando o quilombo como território de resistência e de luta antirracista.

Outros participantes destacaram ser quilombola aos movimentos de luta por educação, dignidade e melhores condições de vida, em consonância com abordagens que reconhecem a educação popular como elemento central na formação política das comunidades tradicionais. Esse percurso dialoga com Arroyo (2021), ao apresentar que a educação popular, acontece por meio de círculos de cultura, nos quais práticas cotidianas, tornam-se temas geradores de reflexão crítica. Também foi perguntado se os entrevistados já haviam participado de alguma formação (curso, oficina, encontro) sobre relações étnico-raciais? As narrativas revelam que a maioria dos participantes se envolve em diferentes processos formativos, evidenciando a existência de iniciativas que buscam ampliar a compreensão sobre identidade, história e cultura quilombola, ainda que de forma desigual.

Figura 2 – Participação em cursos, oficinas e formações

Participação dos Sujeitos em Cursos, Oficinas e Formações sobre Educação Quilombola, Educação do Campo e Questões Étnico-Raciais



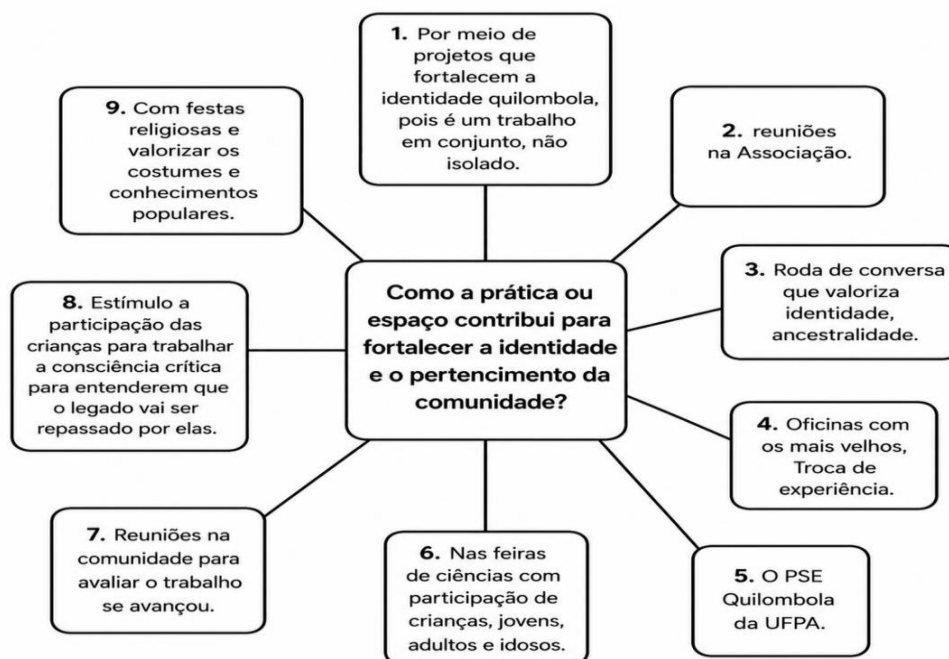
Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

De modo geral, os participantes relatam a participação em diversos cursos e formações, promovidos tanto por órgãos institucionais quanto por iniciativas da própria comunidade. Também destacaram que as ações formativas voltadas à educação quilombola e à educação do campo, foram promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, efetivas por meio de oficinas culturais com apresentação de danças tradicionais, produção de joias e outros elementos da cultura local.

Para Almeida (2024) as oficinas e cursos voltados à compreensão das origens, da história e da cultura quilombola são apontados como estratégicos para a construção de uma educação contextualizada e socialmente referenciada. Diante disso, os relatos apontam avanços significativos, mas observou-se também desafios persistentes, reafirmando a importância da formação continuada em relações étnico-raciais como eixo estruturante para a consolidação de uma educação quilombola antirracista, crítica e comprometida com a justiça social.

Outra questão relevante abordada na entrevista refere-se a compreender como a prática ou espaço contribui para fortalecer a identidade e o pertencimento da comunidade e como essas experiências influenciam na educação das crianças, jovens ou adultos?

Figura 3 – Como a prática ou espaço contribui para fortalecer a identidade e o pertencimento do Quilombo Campo Verde



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os resultados mostram diversas práticas em espaços comunitários que desempenham papéis fundamentais na construção da identidade e do senso de pertencimento no território quilombola, configurando-se como importantes dispositivos formativos, nas quais essas experiências pontuam que a educação se constrói de forma coletiva, ancoradas por projetos, encontros e ações que envolvem a comunidade como um todo, rompendo com práticas isoladas e fragmentadas.

Em relação aos projetos comunitários e as reuniões promovidas pela Associação mostram-se como ações privilegiadas de articulação, diálogo e tomada de decisões coletivas, que contribuem para a valorização da identidade quilombola e para o reforçar os vínculos comunitários. Ademais, possibilitam a circulação de saberes e a construção de aprendizagens significativas, desde que, integrem crianças, jovens e adultos em processos educativos baseados na participação social, por serem estratégias pedagógicas essenciais para a afirmação identitária em comunidades tradicionais.

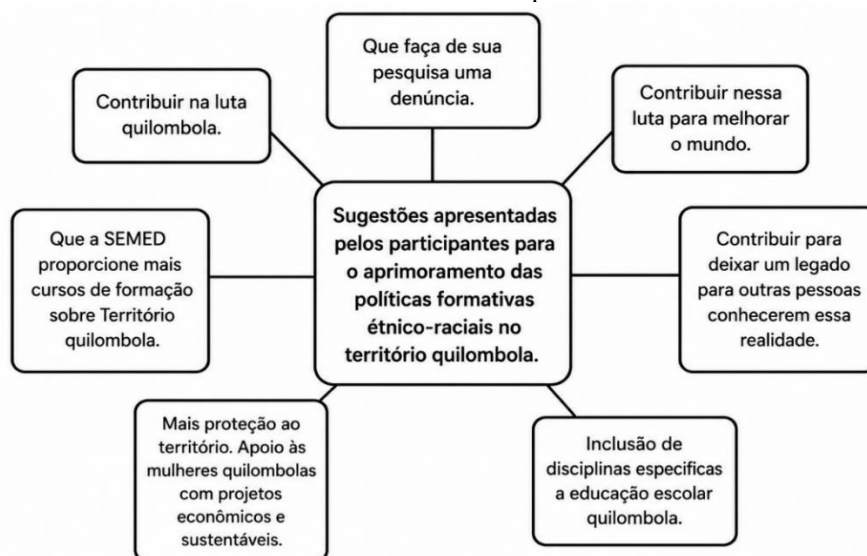
As rodas de conversa e as oficinas com os mais velhos são destacadas como práticas notáveis de transmissão de saberes, memória e ancestralidade. Nesses espaços, a troca de experiências entre gerações favorece o reconhecimento da história coletiva, o respeito aos saberes tradicionais e a construção de uma consciência identitária crítica. A visão dos participantes da entrevista está de acordo com o que aponta Costa (2022), ao

dizerem que a presença de iniciativas como o Programa Saúde na Escola (PSE) Quilombola, em parceria com universidades, reforça a importância da articulação entre comunidade, escola e instituições de ensino superior na promoção de ações educativas contextualizadas e socialmente referenciadas.

As feiras de ciências também foram consideradas como estratégias formativas relevantes, com a participação entre gerações e entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais. Pois a participação plural de crianças, jovens, adultos e idosos nesses eventos são constitutivos na valorização do território, da cultura local e da produção de conhecimentos, fortalecendo o protagonismo dos estudantes junto à comunidade e potencializam aprendizagens significativas. Dessa forma, observa-se que os espaços e práticas mencionados exercem influência direta na educação de crianças, jovens e adultos, ao promoverem aprendizagens baseadas na coletividade, na ancestralidade e na participação social. Tais experiências reafirmam o território quilombola como espaço educativo, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua identidade e comprometidos com a valorização de sua história e cultura (GOMES, 2020).

Outro questionamento relevante abordado na entrevista refere-se às sugestões apresentadas pelos participantes para o aprimoramento das políticas formativas étnico-raciais no território quilombola. As respostas evidenciam expectativas que ultrapassam o campo estritamente educacional, articulando formação, luta política, valorização da memória e fortalecimento territorial.

Figura 4 – Sugestões apresentadas pelos participantes para o aprimoramento das políticas formativas étnico-raciais no território quilombola



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Parte dos entrevistados compreende a pesquisa e as políticas formativas como instrumento de denúncia e enfrentamento das desigualdades históricas vivenciadas pelas comunidades quilombolas. Concordando com Gomes (2020) ao sugerirem que o estudo contribua para a luta quilombola e para a transformação social, os sujeitos atribuem à formação étnico-racial um papel político-pedagógico, alinhado à perspectiva de uma educação crítica, comprometida com a justiça social e com o combate ao racismo estrutural.

Outras falas destacaram a importância de deixar um legado, possibilitando que diferentes públicos conheçam a realidade quilombola. Essa sugestão refletiu o que diz Arroyo (2021) pois reforça a necessidade de políticas formativas que valorizem a memória coletiva, a história e os saberes do território, compreendendo a formação como um processo intergeracional que fortalece o pertencimento e a identidade étnico-racial.

De modo mais direto, emerge a demanda por maior atuação do poder público local, especialmente da Secretaria Municipal de Educação, no oferecimento de cursos de formação continuada voltados à educação escolar quilombola e às especificidades do território. Tal apontamento evidencia lacunas na efetivação das políticas educacionais e a necessidade de ações sistemáticas e permanentes, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012).

Alguns participantes ampliam o debate ao enfatizar a urgência da proteção do território e do apoio às mulheres quilombolas por meio de projetos econômicos sustentáveis. Essa perspectiva evidencia a compreensão de Almeida (2022) e de Costa (2022) ao refletirem que as políticas formativas devem dialogar com a dimensão territorial, ambiental e de gênero, reconhecendo que a educação é indissociável das condições materiais de existência e da autonomia das comunidades. Diante disso, compreende-se que as sugestões apontam para a construção de políticas formativas étnico-raciais integradas, críticas e territorializadas, que articulem educação, luta política, valorização cultural, proteção do território e fortalecimento econômico, contribuindo para a consolidação de uma educação antirracista e socialmente referenciada no contexto quilombola. As narrativas dos participantes revelam que ser quilombola está diretamente relacionado à resistência, à consciência política, ao reconhecimento das raízes ancestrais e à luta coletiva por dignidade e reparação histórica. Diante disso, os dados evidenciam avanços importantes nas políticas formativas voltadas às relações étnico-raciais, principalmente através de cursos, oficinas, rodas de conversa e projetos comunitários;

entretanto, permanecem desafios significativos quanto à ampliação e continuidade dessas ações, sobretudo no que se refere ao apoio institucional e à efetivação de políticas públicas permanentes.

6 CONCLUSÃO

Os achados da pesquisa evidenciam que o Quilombo Campo Verde constitui um território de resistência, memória e produção de saberes, no qual a identidade quilombola se fortalece, a partir das relações coletivas, da ancestralidade e da luta permanente pela garantia de direitos. Observa-se que a cultura local não se limita a manifestações isoladas, mas integra práticas religiosas, conhecimentos tradicionais, oralidade, organização comunitária e experiências educativas que mantêm viva a história coletiva da comunidade. A pesquisa demonstra que o território quilombola ultrapassa a dimensão física, configurando-se como espaço político, cultural e educativo, onde as práticas cotidianas reafirmam sentimentos de pertencimento e continuidade histórica.

Nesse contexto, as lideranças comunitárias, especialmente mulheres, professores e representantes de associações, assumem papel fundamental na preservação da memória social, na transmissão intergeracional de conhecimentos e na mobilização em defesa do território e da identidade étnico-racial. Também se percebe que a educação escolar quilombola vem sendo construída por meio de experiências que articulam saberes tradicionais e conhecimentos formais, fortalecendo processos de conscientização crítica sobre racismo, desigualdade social e valorização da cultura negra.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se ao entendimento de que a educação não ocorre apenas no espaço escolar, mas também nas reuniões comunitárias, nas festas religiosas, nas feiras de ciências, nas oficinas com os mais velhos e nas práticas culturais desenvolvidas coletivamente, demonstrando que o território atua como espaço educativo vivo e dinâmico. As sugestões apresentadas pelos participantes reforçam a necessidade de políticas formativas territorializadas, antirracistas e comprometidas com a realidade quilombola, abrangendo não apenas a educação, mas também a proteção do território, o fortalecimento da autonomia econômica, o apoio às mulheres quilombolas e a valorização dos conhecimentos tradicionais.

Dessa forma, compreende-se que a pesquisa contribui para evidenciar a importância de reconhecer os quilombos como espaços de produção de conhecimento,

resistência política e afirmação cultural, reafirmando a necessidade de ações educativas e institucionais que respeitem as especificidades históricas, sociais e culturais dessas comunidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 157-186, 2018.

ALMEIDA, R. **Educação, território e mobilização política em comunidades quilombolas da Amazônia**. Belém: Editora UFPA, 2024.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Thomson, 2016.

ARROYO, M. G. **Educação, diversidade e justiça social**. Petrópolis: Vozes, 2021.

ARRUTI, J. M. A. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2016. 370 p.

AZEREDO, F. A.; MELO, M. A. P. de; MOTA, E. A. Território quilombola: uma análise do decreto nº 4.887 como meio de garantir o acesso legal do território aos remanescentes de quilombos. **Geoconexões**, Natal, v. 1, n. 18, p. 190-205, 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica – Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Disponível em: <https://etnicoracial.mec.gov.br/>. Acesso em: 4 mai. 2026.

CALEGARE, M. G. A. et al. Transformações das identidades coletivas em comunidade no Alto Solimões/AM. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 3, p. 1-9, jul./set. 2016.

CARRIL, L. F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, abr./jun. 2017.

CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Brasil; TERRA DE DIREITOS. **Racismo e violência contra os quilombolas no Brasil**. Curitiba, 2021.

COSTA, H. **Aprendizagens comunitárias e práticas educativas em quilombos amazônicos**. São Paulo: Cortez, 2022.

CRUZ, V. C. **Lutas sociais, (re)configurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

DANTAS, S. D. **Diálogos interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2022.

FERNANDES, K. R.; ZANELLI, J. C. O processo de construção e reconstrução das identidades dos indivíduos nas organizações. **RAC**, v. 10, n. 1, p. 55-72, jan./mar. 2016.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes e práticas na luta antirracista**. Petrópolis: Vozes, 2020.

HONNETH, A. **A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2020.

JOHNSTON, H.; LARAÑA, E.; GUSFIELD, J. Identidad, ideología y vida cotidiana en los nuevos movimientos sociales. In: LARAÑA, E.; GUSFIELD, J. (org.). **Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad**. Madrid: CIS, 2021. p. 3-41.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil (terra e poder: o problema da terra na crise política)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MEDEIROS, L. S. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2020. p. 113-136.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Hucitec Editora, 2014.

MONTEIRO, R. B.; PINHEIRO, R. A. Políticas, educação e relações étnico-raciais. **Laplage em Revista**, v. 2, n. 3, p. 3-6, 2018.

PEREIRA, C. F. Nova centralidade do território e da identidade nas lutas sociais e processo de complexificação da questão agrária. **Geosp**, v. 25, n. 3, e145399, dez. 2021.

SAMPAIO, A. C. Mulheres griôs quilombolas: um estudo inicial sobre identidade de gênero e identidade étnica. **Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural**, v. 5, n. 2, p. 55-70, 2017.

SANTOS, A.; CARVALHO, L. **Processos formativos e identidades negras em contextos quilombolas**. Salvador: EDUFBA, 2020.

SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Palestra conferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2016. Texto mimeografado.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, E. C. L. **A dinâmica das relações comunitárias na Amazônia: estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na comunidade ribeirinha de Tauaru no município de Tabatinga-AM**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

STEIL, C. A. A etnicização da política. **Tempo e Presença**, n. 298, p. 21-23, mar./abr. 1998. Suplemento especial: comunidades negras tradicionais – afirmação de direitos.

VIANNA JR., A. Reforma agrária e territórios: uma reflexão preliminar sobre o lugar das políticas de reconhecimento na questão agrária. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2018. p. 81-92.

WOLKMER, A. C. et al. **Os direitos territoriais quilombolas: além do marco territorial**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2019. 196 p.